

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# PROCESSO PENAL

10<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

De acordo com a Lei 14.365/22

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS®



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTRO ROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araújo e Rodrigo Araújo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

*Mauricio Alves Monte*

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

1220144

Badaró, Gustavo Henrique

Processo penal / Gustavo Henrique Badaró. – 10. ed. rev., atual.  
 e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0998-7

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

22-114184

CDU-343.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# Sumário

Dedicatória .....	5
Agradecimentos.....	7
Apresentação .....	9
Nota do Autor à Décima Edição .....	11
Nota do Autor à Nona Edição .....	13
Nota do Autor à Oitava Edição.....	15
Nota do Autor à Sétima Edição .....	17
Nota do Autor à Sexta Edição.....	19
Nota do Autor à Quinta Edição .....	21
Nota do Autor à Quarta Edição .....	23
Nota do Autor à Terceira Edição.....	25

## Capítulo 1 Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais .....	47
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	47
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	52
1.4. Garantia do juiz natural .....	58
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa .....	64
1.6. Garantia da igualdade de partes .....	69
1.7. Garantia do estado de inocência .....	71
1.8. Garantia da motivação .....	76
1.9. Garantia da publicidade.....	84
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição .....	87
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	91
1.12. Garantia do devido processo legal.....	100
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais .....	102
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	110
1.14.1. Características.....	110
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	111
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz .....	111

## Capítulo 2 Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	115
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	117
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos .....	123
2.1.2.1. Normas sobre procedimento .....	123
2.1.2.2. Normas sobre prova .....	124
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	125
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade .....	128

**28** PROCESSO PENAL

2.2.	A lei processual penal no espaço .....	130
2.3.	Interpretação da lei processual penal .....	132

**Capítulo 3**  
**Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar**

3.1.	Noções gerais.....	137
3.2.	Inquérito policial: finalidade .....	138
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	139
3.4.	Natureza jurídica e características .....	140
3.5.	Dispensabilidade do inquérito .....	144
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial .....	145
3.7.	Início do inquérito policial .....	148
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies .....	152
3.9.	Diligências.....	152
3.10.	Identificação criminal.....	157
3.11.	Indiciamento .....	160
3.12.	Incomunicabilidade do preso .....	162
3.13.	Término do inquérito policial.....	163
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	165
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	168
3.16.	Valor probatório.....	169
3.17.	Investigação pelo Ministério Público .....	171
3.18.	Investigação pela defesa.....	174
3.19.	“Juiz das Garantias” .....	177
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	178
3.19.2.	Função e momento de atuação .....	180
3.19.3.	O rol de competências .....	182
3.19.4.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa .....	187
3.19.5.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo .....	188
3.20.	Acordo de não persecução penal.....	190

**Capítulo 4**  
**Ação penal**

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação .....	201
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	201
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	202
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	202
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman .....	203
4.2.	Condições da ação penal.....	204
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	205
4.2.2.	Interesse de agir .....	208
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	209
4.2.4.	Justa causa para a ação penal .....	211
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito .....	219
4.3.	Classificação da ação penal .....	226
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	226
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação .....	228
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal .....	229
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	231
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal.....	231

4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	232
4.4.1.	Noções gerais.....	232
4.4.2.	Princípios .....	232
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	233
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	236
4.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	237
4.7.1.	Princípios .....	237
4.7.2.	Queixa.....	238
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	240
4.8.1.	Decadência .....	240
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa.....	240
4.8.3.	Perdão do ofendido.....	241
4.8.4.	Perempção.....	242
4.9.	Denúncia ou queixa.....	244
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa .....	244
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	244
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	246
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	247
4.9.1.4.	Rol de testemunhas .....	248
4.9.1.5.	Elementos autenticativos .....	248
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	249

## Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais.....	253
5.2.	Restituição, resarcimento, reparação e indenização.....	253
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	254
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis .....	256
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	258
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	259
5.7.	Rescisão do julgado penal .....	261
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal .....	261
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude .....	264
5.8.1.1.	Legítima defesa .....	264
5.8.1.2.	Estado de necessidade.....	265
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal .....	266
5.8.1.4.	Exercício regular de direito .....	266
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório .....	267

## Capítulo 6 Competência

6.1.	Noções gerais.....	271
6.2.	Concretização da competência .....	273
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento .....	277
6.4.	Critérios de distribuição de competência.....	279
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração .....	284
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domi- cípio da vítima .....	288
6.4.3.	Competência pela prevenção.....	292

**30 PROCESSO PENAL**

6.4.4.	Competência pela natureza da infração .....	293
6.4.5.	Competência pela distribuição .....	294
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função.....	297
6.5.	Prorrogação da competência.....	301
6.5.1.	Noções preliminares.....	301
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies .....	303
6.5.3.	Conexão .....	305
6.5.4.	Continência.....	309
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência .....	309
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente .....	315
6.5.7.	Desaforamento .....	321
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos.....	321
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	322

**Capítulo 7**  
**Sujeitos processuais**

7.1.	Juiz .....	329
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	330
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos .....	330
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	334
7.1.1.3.	Procedimento.....	335
7.1.1.4.	Efeitos .....	336
7.1.2.	Suspeição do juiz .....	336
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição.....	336
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	338
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito .....	338
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados .....	339
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	339
7.3.	Ministério Público .....	340
7.3.1.	Natureza jurídica .....	340
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial” .....	341
7.3.3.	Princípios do Ministério Público .....	343
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público .....	344
7.4.	Autoridade policial .....	345
7.5.	Acusado .....	346
7.5.1.	Questões terminológicas .....	346
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	346
7.5.3.	A autodefesa do acusado .....	347
7.5.4.	Revelia do acusado .....	348
7.6.	Defensor .....	348
7.6.1.	Defesa técnica.....	348
7.6.2.	Finalidade da defesa .....	348
7.6.3.	Aspectos terminológicos .....	348
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva .....	349
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica .....	350
7.7.	Curador .....	351
7.7.1.	Finalidade .....	351
7.8.	Assistente de acusação.....	352

7.8.1.	Finalidade .....	353
7.8.2.	Cabimento.....	354
7.8.3.	Momento .....	355
7.8.4.	Legitimados.....	355
7.8.5.	Poderes do assistente .....	358
7.8.6.	O assistente e a testemunha .....	359

**Capítulo 8**  
**Questões e processos incidentes**

8.1.	Questões e processos incidentes .....	365
8.2.	Questões prejudiciais.....	366
8.2.1.	Noções gerais.....	366
8.2.2.	Classificações .....	367
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	369
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas .....	371
8.2.5.	Legitimados.....	373
8.2.6.	Momento de arguição .....	373
8.2.7.	Recurso .....	374
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade.....	374
8.3.1.	Exceção de suspeição .....	375
8.3.1.1.	Abstenção do juiz.....	375
8.3.1.2.	Legitimados .....	375
8.3.1.3.	Momento da arguição.....	376
8.3.1.4.	Procedimento.....	377
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados .....	379
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público....	379
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça .....	380
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial .....	380
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	381
8.3.2.1.	Procedimento.....	381
8.4.	Da exceção de incompetência .....	381
8.4.1.	Hipóteses de incompetência .....	382
8.4.2.	Abstenção do juiz .....	382
8.4.3.	Legitimados.....	383
8.4.4.	Momento da arguição .....	383
8.4.5.	Procedimento .....	384
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada.....	385
8.5.1.	Distinção .....	385
8.5.2.	Legitimados.....	387
8.5.3.	Momento de arguição .....	387
8.5.4.	Procedimento .....	388
8.5.5.	Recurso .....	388
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	389
8.6.1.	Cabimento.....	389
8.6.2.	Legitimados.....	390
8.6.3.	Momento de arguição .....	390
8.6.4.	Procedimento .....	391
8.6.5.	Recurso .....	391

**32 PROCESSO PENAL**

8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	392
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas.....	392
8.7.2.	Legitimados.....	393
8.7.3.	Momento.....	394
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	394
8.7.5.	Requisitos.....	394
8.7.6.	Procedimento .....	396
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	398
8.7.8.	Natureza jurídica .....	399
8.8.	Incidente de falsidade documental .....	400
8.8.1.	Cabimento.....	400
8.8.2.	Legitimados.....	402
8.8.3.	Momento.....	403
8.8.4.	Procedimento .....	403
8.9.	Incidente de insanidade mental .....	405
8.9.1.	Cabimento.....	405
8.9.2.	Legitimados.....	406
8.9.3.	Momento.....	406
8.9.4.	Procedimento .....	407
8.9.5.	Resultado do laudo .....	409

**Capítulo 9  
Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual .....	415
9.2.	Citação.....	415
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação.....	415
9.2.2.	Citação por mandado .....	416
9.2.3.	Citação por edital .....	422
9.2.4.	Citação com hora certa .....	425
9.2.5.	Citação e revelia.....	426
9.2.6.	Vícios da citação .....	428
9.3.	Intimação.....	429

**Capítulo 10  
Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova .....	433
10.1.1.	Noções preliminares.....	433
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade .....	434
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova.....	439
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	441
10.1.4.1.	Meios de prova .....	442
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	443
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	444
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituendas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	446
10.1.7.	Prova emprestada .....	449
10.1.8.	Objeto da prova .....	454
10.1.9.	Momentos probatórios .....	455
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas.....	456

10.1.11.	Provas ilícitas.....	460
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções .....	460
10.1.11.2.	Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas.....	462
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação .....	467
10.1.12.	Prova por videoconferência .....	469
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova.....	474
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial .....	476
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração .....	477
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	480
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards probatórios</i> .....	484
10.1.14.1.	Noções gerais .....	484
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	487
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	490
10.1.15.	Ônus da prova .....	499
10.1.15.1.	Noções gerais .....	499
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .....	500
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .....	501
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias.....	507
10.2.1.	Conceito .....	507
10.2.2.	Características .....	508
10.2.3.	Classificações .....	508
10.2.4.	Perito .....	508
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito .....	509
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .....	511
10.2.7.	Procedimento probatório .....	513
10.2.8.	Valor probatório .....	515
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova .....	516
10.2.9.1.	Conceito e finalidade cadeia de custódia .....	517
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia .....	518
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia.....	523
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital .....	526
10.3.	Interrogatório .....	531
10.3.1.	Natureza jurídica .....	531
10.3.2.	Características .....	533
10.3.3.	Local do interrogatório .....	534
10.3.4.	Procedimento e conteúdo .....	534
10.3.5.	Valor probatório .....	535
10.4.	Confissão .....	536
10.4.1.	Conceito e elementos .....	536
10.4.2.	Natureza jurídica .....	537
10.4.3.	Classificações .....	537
10.4.4.	Características .....	538
10.4.5.	Valor probatório .....	539
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	539
10.5.1.	Conceito .....	539
10.5.2.	Natureza jurídica .....	539
10.5.3.	Requisitos .....	541

10.5.4.	Valor probatório .....	541
10.5.5.	Da colaboração premiada .....	542
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada .....	544
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo .....	546
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração .....	549
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo .....	553
10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo .....	554
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada ....	566
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	567
10.6.	Declarações do ofendido.....	572
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	572
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	572
10.6.3.	Natureza jurídica.....	573
10.6.4.	Procedimento probatório .....	573
10.6.5.	Valor probatório .....	574
10.7.	Prova testemunhal .....	575
10.7.1.	Conceito .....	575
10.7.2.	Características .....	575
10.7.3.	Classificações .....	576
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor.....	577
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	578
10.7.6.	Procedimento probatório .....	580
10.7.7.	Contradita .....	583
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal.....	584
10.8.	Acareação .....	588
10.8.1.	Conceito e características .....	588
10.8.2.	Procedimento probatório .....	588
10.8.3.	Valor probatório .....	590
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	590
10.9.1.	Conceito .....	590
10.9.2.	Procedimento .....	591
10.9.3.	Valor probatório .....	593
10.10.	Prova documental.....	595
10.10.1.	Conceito .....	595
10.10.2.	Características .....	596
10.10.3.	Espécies .....	597
10.10.4.	Documento eletrônico.....	597
10.10.5.	Procedimento probatório .....	598
10.10.6.	Valor probatório .....	600
10.11.	Indícios e presunções.....	601
10.11.1.	Conceito .....	601
10.11.2.	Raciocínio indiciário .....	601
10.11.3.	Valor probatório .....	602
10.11.4.	Indícios e presunções .....	603
10.11.5.	Espécies de presunções.....	603
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova .....	604
10.11.7.	Presunções absolutas.....	605
10.12.	Busca e apreensão .....	606

10.12.1.	Busca domiciliar .....	607
10.12.2.	Busca pessoal .....	610
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão.....	613
10.13.	Interceptação telefônica .....	615
10.13.1.	Questões terminológicas .....	615
10.13.2.	Disciplina constitucional .....	617
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996 .....	622
10.13.4.	Natureza jurídica da medida.....	623
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica .....	623
10.13.6.	Legitimados e momento .....	627
10.13.7.	Juiz e competência.....	628
10.13.8.	Procedimento probatório .....	629
10.13.9.	Valor probatório .....	636
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....	639
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....	639
10.14.2.	Natureza jurídica da medida.....	641
10.14.3.	Fundamento constitucional .....	641
10.14.4.	Espécies de Interceptações ambientais .....	645
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental.....	649
10.14.6.	Procedimento probatório .....	652

## Capítulo 11 Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença .....	657
11.1.1.	Conceito .....	657
11.1.2.	Classificação e denominações.....	658
11.1.3.	Requisitos da sentença.....	658
11.1.4.	Sentença absolutória.....	662
11.1.5.	Sentença condenatória .....	663
11.1.6.	Intimação da sentença .....	669
11.1.7.	Efeitos da sentença .....	671
11.2.	Correlação entre acusação e sentença .....	672
11.2.1.	Noções gerais.....	672
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383) .....	673
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384) .....	675
11.3.	Coisa julgada .....	682
11.3.1.	Noções gerais.....	682
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	683
11.3.3.	Coisa julgada material .....	684
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	685
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	686
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	688
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	689

## Capítulo 12 Do processo

12.1.	Natureza do processo.....	695
12.2.	Objeto do processo penal.....	701
12.2.1.	A irrelevância da lide penal.....	701
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material.....	710

12.2.3. O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	714
12.3. Dos chamados pressupostos processuais .....	718

**Capítulo 13**  
**Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário,  
 sumaríssimo e procedimentos especiais**

13.1. Noções preliminares.....	725
13.2. Do procedimento comum ordinário .....	728
13.2.1. Oferecimento da denúncia ou queixa .....	728
13.2.2. Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	730
13.2.3. Citação do acusado.....	732
13.2.4. Resposta .....	732
13.2.5. Absolvição sumária .....	737
13.2.6. Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa .....	739
13.2.7. Audiência de instrução, debates e julgamento .....	741
13.2.7.1. Declarações do ofendido .....	741
13.2.7.2. Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa .....	742
13.2.7.3. Esclarecimentos dos peritos .....	746
13.2.7.4. Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	746
13.2.7.5. Interrogatório .....	747
13.2.7.6. Diligências complementares .....	749
13.2.7.7. Alegações finais.....	750
13.2.7.8. Sentença .....	753
13.3. Procedimento sumário.....	756
13.3.1. Aplicação do procedimento sumário .....	757
13.3.2. O procedimento sumário (arts. 531 e 538) .....	757
13.4. Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais .....	759
13.4.1. Noções preliminares.....	759
13.4.2. Infração penal de menor potencial ofensivo .....	760
13.4.3. Processo penal consensual.....	762
13.4.3.1. Composição civil .....	762
13.4.3.2. Representação do ofendido .....	763
13.4.3.3. Transação penal.....	764
13.4.3.4. Suspensão condicional do processo .....	770
13.4.4. Procedimento .....	775
13.4.4.1. Termo circunstaciado.....	777
13.4.4.2. Audiência preliminar .....	777
13.4.4.3. Audiência de instrução e julgamento .....	781
13.5. Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri .....	785
13.5.1. Noções preliminares.....	785
13.5.2. Características constitucionais do júri brasileiro .....	787
13.5.2.1. Plenitude de defesa .....	787
13.5.2.2. Sigilo das votações .....	788
13.5.2.3. Soberania dos veredictos .....	789
13.5.2.4. Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	790
13.5.3. Procedimento no júizo de acusação .....	793
13.5.3.1. Oferecimento da denúncia ou queixa.....	793
13.5.3.2. Juízo de admissibilidade da acusação .....	793
13.5.3.3. Citação do acusado .....	794
13.5.3.4. Resposta.....	794

13.5.3.5.	Réplica .....	794
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397 .....	795
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	796
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido .....	796
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa ....	797
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas.....	798
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	798
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	798
13.5.4.	Pronúncia.....	800
13.5.5.	Impronúncia.....	805
13.5.6.	Absolvição sumária .....	806
13.5.7.	Desclassificação .....	809
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares .....	812
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa .....	812
13.5.10.	Preparação do processo .....	813
13.5.11.	Desaforamento .....	814
13.5.12.	Aceleração do julgamento .....	818
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	819
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri .....	820
13.5.15.	Formação e convocação do júri .....	823
13.5.16.	Do julgamento pelo júri.....	824
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas .....	824
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	827
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	827
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados ....	828
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas .....	831
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados .....	832
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas .....	833
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclareci- mentos dos peritos .....	834
13.5.16.9.	Leitura de peças .....	834
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado .....	838
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	838
13.5.16.12.	Debates orais.....	840
13.5.16.13.	Vedaçāo de utilização de argumentos .....	843
13.5.16.14.	Juntada de documentos.....	846
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	848
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença .....	848
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos .....	849
13.5.16.18.	Sala secreta.....	849
13.5.16.19.	Quesitos.....	850
13.5.16.20.	Votação dos quesitos .....	856
13.5.16.21.	Sentença.....	858
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença .....	860
13.5.16.23.	Leitura da sentença .....	863
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares .....	863
13.6.1.	Noções gerais.....	863
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial .....	864
13.6.3.	Ação penal subsidiária.....	865

13.6.4.	Sentença declaratória da falência .....	865
13.6.5.	Recebimento da denúncia.....	866
13.6.6.	Competência do juiz criminal .....	866
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	867
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial.....	867
13.7.2.	Cabimento do procedimento .....	868
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função .....	870
13.7.4.	Denúncia .....	870
13.7.5.	Resposta escrita .....	871
13.7.6.	Recebimento da denúncia.....	874
13.7.7.	Rejeição da denúncia .....	875
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra .....	875
13.8.1.	Noções gerais.....	875
13.8.2.	Cabimento.....	877
13.8.3.	Audiência de reconciliação .....	878
13.8.4.	Exceção da verdade .....	880
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato .....	883
13.8.6.	Pedido de explicações.....	884
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial .....	886
13.9.1.	Noções gerais.....	886
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	888
13.9.2.1.	O exame pericial .....	888
13.9.2.2.	Ação penal .....	892
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública.....	895
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial.....	898
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	900
13.10.1.	Noções gerais.....	900
13.10.2.	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008.....	901
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes .....	902
13.10.4.	Inquérito policial.....	903
13.10.5.	Oferecimento da denúncia.....	905
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia.....	907
13.10.7.	Notificação .....	907
13.10.8.	Resposta .....	908
13.10.9.	Diligências.....	909
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação .....	910
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária .....	913
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento.....	913

#### Capítulo 14 Nulidade dos atos processuais

14.1.	Noções gerais.....	925
14.2.	Atos inexistentes.....	927
14.3.	Nulidades absolutas.....	931
14.4.	Nulidades relativas .....	931
14.5.	Princípios relativos às nulidades .....	932
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	932
14.5.2.	Princípio da causalidade .....	934
14.5.3.	Princípio do interesse .....	935
14.6.	Nulidades combinadas no CPP .....	936

14.7. Convalidação dos atos processuais .....	945
14.8. Meios para alegar as nulidades.....	948

## Capítulo 15 Recursos

15.1. Teoria geral dos recursos.....	953
15.1.1. Fundamento do direito ao recurso.....	953
15.1.2. Conceito e classificações .....	954
15.1.3. Princípios relativos aos recursos.....	956
15.1.3.1. Taxatividade.....	956
15.1.3.2. Unirrecorribilidade das decisões.....	956
15.1.3.3. Fungibilidade recursal .....	956
15.1.3.4. Dialeticidade .....	960
15.1.3.5. Disponibilidade.....	961
15.1.3.6. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	962
15.1.3.7. Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> ....	963
15.1.4. Efeitos dos recursos .....	966
15.1.4.1. Efeito devolutivo.....	966
15.1.4.2. Efeito suspensivo .....	967
15.1.4.3. Efeito regressivo ou iterativo.....	970
15.1.4.4. Efeito extensivo .....	971
15.1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	971
15.1.5.1. Juízo de admissibilidade.....	972
15.1.5.2. Juízo de mérito .....	973
15.1.6. Requisitos de admissibilidade.....	974
15.1.6.1. Cabimento .....	975
15.1.6.2. Tempestividade .....	975
15.1.6.3. Regularidade formal.....	979
15.1.6.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	980
15.1.6.4.1. Fatos impeditivos.....	980
15.1.6.4.2. Fatos extintivos .....	984
15.1.6.5. Legitimidade .....	987
15.1.6.6. Interesse.....	990
15.2. Apelação .....	992
15.2.1. Noções gerais.....	992
15.2.2. Requisitos de admissibilidade.....	993
15.2.2.1. Cabimento – CPP, art. 593.....	993
15.2.2.2. Tempestividade .....	997
15.2.2.3. Regularidade formal.....	999
15.2.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	1000
15.2.2.5. Legitimidade .....	1001
15.2.2.6. Interesse.....	1002
15.2.3. Procedimento .....	1002
15.2.4. Efeitos da apelação .....	1003
15.3. Recurso em sentido estrito.....	1008
15.3.1. Noções gerais.....	1008
15.3.2. Requisitos de admissibilidade.....	1009
15.3.2.1. Cabimento – CPP, art. 581.....	1009
15.3.2.2. Tempestividade .....	1016
15.3.2.3. Regularidade formal.....	1017

15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	1018
15.3.2.5.	Legitimidade .....	1018
15.3.2.6.	Interesse.....	1018
15.3.3.	Procedimento .....	1019
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito .....	1020
15.4.	Embargos de declaração.....	1021
15.4.1.	Noções gerais.....	1021
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1022
15.4.2.1.	Cabimento .....	1022
15.4.2.2.	Tempestividade .....	1025
15.4.2.3.	Regularidade formal.....	1025
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	1025
15.4.3.	Procedimento .....	1026
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração .....	1027
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos .....	1029
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração.....	1031
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades.....	1031
15.5.1.	Noções gerais.....	1031
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1032
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	1032
15.5.2.2.	Tempestividade .....	1034
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	1035
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	1035
15.5.3.	Procedimento .....	1036
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes .....	1036
15.6.	Carta testemunhável.....	1038
15.6.1.	Noções gerais.....	1038
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1039
15.6.2.1.	Cabimento .....	1039
15.6.2.2.	Tempestividade .....	1040
15.6.2.3.	Legitimidade .....	1040
15.6.3.	Procedimento .....	1041
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável .....	1043
15.7.	Correição parcial.....	1043
15.7.1.	Noções gerais.....	1043
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1044
15.7.2.1.	Cabimento .....	1044
15.7.2.2.	Tempestividade .....	1047
15.7.2.3.	Legitimidade .....	1048
15.7.3.	Procedimento .....	1048
15.7.4.	Efeitos da correição parcial .....	1049
15.8.	Recursos especial e extraordinário.....	1050
15.8.1.	Noções gerais.....	1050
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	1052
15.8.2.1.	Cabimento .....	1052
15.8.2.1.1.	Questões comuns .....	1052
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário .....	1056
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1065
15.8.2.2.	Tempestividade .....	1067
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	1069

15.8.2.4.	Legitimidade .....	1069
15.8.2.5.	Interesse.....	1070
15.8.3.	Procedimento .....	1070
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	1072
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	1081
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário .....	1087
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário .....	1089
15.9.1.	Noções gerais.....	1089
15.9.2.	O agravo no novo Código de Processo Civil .....	1090
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade.....	1090
	15.9.3.1. Cabimento .....	1090
	15.9.3.2. Tempestividade .....	1091
15.9.4.	Procedimento .....	1091
15.9.5.	Efeitos do agravo .....	1092
15.10.	Embargos de Divergência.....	1093
15.10.1.	Noções gerais.....	1093
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1094
	15.10.2.1. Cabimento .....	1094
	15.10.2.1.1. Características do acórdão embargado .....	1095
	15.10.2.1.2. Características do acórdão paradigma .....	1097
	15.10.2.2. Tempestividade .....	1098
	15.10.2.3. Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência....	1098
	15.10.2.4. Ausência de fato impeditivo .....	1100
	15.10.2.5. Legitimidade e interesse .....	1101
15.10.3.	Procedimento .....	1102
	15.10.3.1. Embargos de Divergência no STF .....	1103
	15.10.3.2. Embargos de Divergência no STJ.....	1103
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência .....	1104
15.11.	Agravo em execução .....	1105
15.11.1.	Noções gerais.....	1105
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1106
	15.11.2.1. Cabimento .....	1106
	15.11.2.2. Tempestividade .....	1106
	15.11.2.3. Legitimidade e interesse .....	1106
15.11.3.	Procedimento .....	1107
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução .....	1107

## Capítulo 16

### Habeas corpus

16.1.	Natureza jurídica .....	1111
16.2.	Notícias históricas .....	1111
16.3.	Tutela jurisdicional .....	1112
16.4.	Condições da ação .....	1114
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal.....	1114
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade .....	1115
16.4.3.	Legitimidade .....	1123
	16.4.3.1. Legitimados ativos .....	1123
	16.4.3.2. Legitimidade passiva.....	1125
16.5.	Pressupostos processuais .....	1126

16.6.	Competência .....	1129
16.7.	Procedimento .....	1130
16.8.	<i>Standard de prova e ônus da prova</i> .....	1133
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1137
16.9.1.	Requisitos de admissibilidade.....	1137
16.9.1.1.	Cabimento .....	1137
16.9.1.2.	Legitimidade recursal.....	1139
16.9.1.3.	Interesse recursal .....	1141
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo .....	1141
16.9.1.5.	Tempestividade .....	1141
16.9.2.	Procedimento .....	1141
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1142

### Capítulo 17 Revisão criminal

17.1.	Noções gerais.....	1147
17.2.	Condições da ação .....	1149
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	1149
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação .....	1156
17.2.3.	Legitimidade .....	1156
17.3.	Pressupostos processuais .....	1158
17.4.	Procedimento .....	1159
17.5.	<i>Standard de prova e Ónus da prova</i> .....	1161
17.6.	Efeitos da sentença absolutória.....	1162
17.7.	Coisa julgada .....	1163
17.8.	Indenização pelo erro judiciário .....	1164

### Capítulo 18 Medidas cautelares

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	1169
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares.....	1169
18.1.2.	Características das tutelas cautelares .....	1170
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética.....	1170
18.1.2.2.	Acessoriedade .....	1171
18.1.2.3.	Preventividade .....	1171
18.1.2.4.	Provisoriadade .....	1172
18.1.2.5.	Cognição sumária .....	1173
18.1.2.6.	Referibilidade.....	1176
18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	1176
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais.....	1177
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais.....	1179
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal .....	1180
18.2.	Medidas cautelares pessoais.....	1184
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais .....	1185
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1185
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada.....	1188
18.2.1.3.	Contradicitoriedade.....	1192
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva .....	1192

18.2.1.5.	Cumulatividade .....	1193
18.2.2.	Prisão em flagrante .....	1194
18.2.2.1.	Conceito e finalidade .....	1194
18.2.2.2.	Classificação .....	1194
18.2.2.3.	Situação de flagrante .....	1194
18.2.2.4.	Situações especiais .....	1195
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito .....	1198
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade .....	1201
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial....	1202
18.2.3.	Prisão preventiva .....	1204
18.2.3.1.	Momento para decretação .....	1205
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão .....	1206
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1207
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	1207
18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	1208
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1210
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública .....	1212
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1216
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1217
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1218
18.2.3.6.5.	O <i>periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão.....	1220
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1221
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada.....	1223
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação .....	1225
18.2.3.9.	Prisão domiciliar .....	1228
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica .....	1231
18.2.4.	Prisão temporária .....	1234
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento .....	1234
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1236
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária .....	1237
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1237
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1238
18.2.5.	Audiência de custódia .....	1239
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia .....	1239
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH .....	1239
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz .....	1240
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH.....	1246
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia ....	1248
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia .....	1248
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão .....	1253
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva.....	1253
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?.....	1254
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1256
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1258
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão .....	1260

18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela? .....	1262
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1264
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo .....	1264
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1266
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada .....	1268
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca .....	1270
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1271
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1273
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável .....	1278
18.2.6.7.8.	Fiança .....	1281
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis .....	1282
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade .....	1285
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança .....	1286
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança.....	1287
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança ...	1288
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda.....	1291
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica .....	1294
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país.....	1296
18.2.7.	Liberdade provisória.....	1297
18.2.7.1.	Noções gerais .....	1297
18.2.7.2.	Natureza jurídica .....	1297
18.2.7.3.	Vedações da liberdade provisória.....	1298
18.2.7.4.	Classificação .....	1299
18.2.7.5.	Momento .....	1300
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória .....	1300
18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude .....	1300
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre” .....	1302
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança .....	1303
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais.....	1303
18.3.1.	Sequestro .....	1304
18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis.....	1306
18.3.1.1.1.	Objeto .....	1306
18.3.1.1.2.	Requisito .....	1307
18.3.1.1.3.	Legitimados .....	1307
18.3.1.1.4.	Momento .....	1308
18.3.1.1.5.	Finalidade .....	1308
18.3.1.1.6.	Levantamento .....	1309
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório .....	1310
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis.....	1311
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens .....	1311
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2º, do Código Penal.....	1317
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação .....	1320
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1322

18.3.2.1.	Objeto .....	1323
18.3.2.2.	Requisito.....	1323
18.3.2.3.	Legitimados .....	1323
18.3.2.4.	Momento .....	1324
18.3.2.5.	Procedimento.....	1325
18.3.2.6.	Finalidade .....	1326
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1327
18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1328
18.3.5.	Da alienação antecipada .....	1330
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento .....	1330
18.3.5.2.	Procedimento.....	1331
18.3.6.	Da utilização dos bens constritos .....	1335
18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento .....	1335
18.3.6.2.	Procedimento.....	1336
	Referências bibliográficas .....	1343